

Alô, alô, branquitude: por que pensar o outro (negro) e não a nós mesmos?

RESENHA:

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional.** Ed. Appris, Curitiba, 2020.

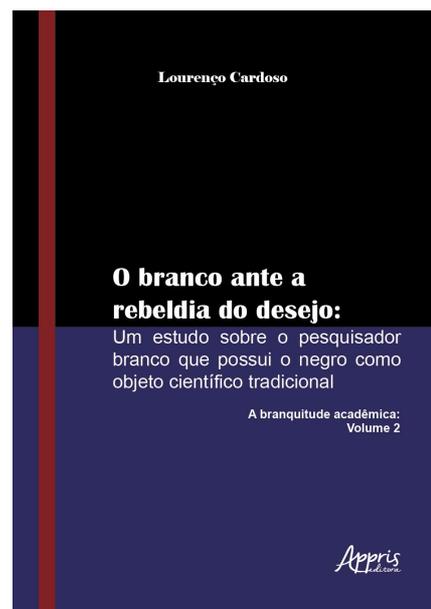
ARTHUR LUHR MELLO*

Publicada por Lourenço Cardoso, historiador e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a obra “O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional”, é resultado de tese defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), entre os anos de 2010 e 2014.

O livro tem como tema principal a branquitude, abordando a categoria “raça” como um conceito que só faz sentido ser estudado no campo simbólico, tendo em vista que cientificamente não existem “raças humanas”. A primeira parte traça as raízes étnicas e históricas do chamado “branco brasileiro” e seu contraste em relação ao negro e a construção da negritude no imaginário popular brasileiro. A segunda parte é destinada a discussões teóricas e conceituais, além da apresentação da pesquisa com sujeitos brancos. A pergunta central de seu trabalho é: o que leva o branco a utilizar o negro como objeto de pesquisa e não a si próprio?

Inicialmente, é destacada a colonização portuguesa e a origem étnica do próprio povo português que, na Europa, não é considerado branco, devido à mistura racial e cultural provocada pela colonização de seu território por povos não ocidentais como os mouros em séculos anteriores. Isso quer dizer que os portugueses só tiveram a possibilidade de se afirmarem simbolicamente como brancos a partir das invasões coloniais do final do século XV. Como cita Cardoso (p.30), o branco português só se tornaria branco, belo, inteligente, “civilizador, a partir do contato com outros “mais-não-brancos” do que ele. Nesse contexto, os brancos brasileiros serão considerados sujeitos não hifenizados e não racializados, diferente, por exemplo, dos afro-brasileiros racializados.

Destaca o autor que houve ao longo da história uma super-visibilização do negro escravizado, sendo assim atribuída a esses sujeitos a responsabilidade dos males da nação brasileira. Questiona também a visão de intelectuais tradicionais que sempre enxergaram a escravização como um legado negativo apenas para a população negra. Com o auxílio de pensadores da



branquitude, a exemplo de Maria Aparecida Silva Bento, levanta a possibilidade de o branco também ter sido “deformado” pelo processo de escravização, pois, há todo um legado negativo que se materializa em práticas “patrimonialistas e clientelistas, a aversão ao trabalho manual e o preconceito social, além do racismo estrutural” (p. 40).

No capítulo intitulado “A negritude e a humanização do branco”, é discutida como se desenvolveram os estudos sobre raça no Brasil, além da construção da identidade negra (negritude) no imaginário popular brasileiro. Destaca o fato de que, na história dos estudos sobre raça, o negro sempre foi colocado em uma posição de objeto de pesquisa do sujeito branco, tido esse como superior, moderno e universal. Logo, o negro não seria moderno, e sim um resquício do período colonial, um fardo, um “problema” que o homem branco deveria estudar e “resolver”. É citado também que os estudos sobre raça no Brasil possuem uma razão, chamada pelo autor de razão dual-racial, que se limitou ao longo da história a tratar como problema apenas o negro, e se debruçou sobre o paradigma branco-negro, invisibilizando do debate outros grupos étnico-raciais como indígenas, asiáticos, mulçumanos, judeus, e os próprios mestiços.

Assim, os estudos sobre branquitude seguem o modo de pensar das teorias raciais. A abordagem é unilateral, tendo em suas pesquisas “brancas”, o “negro-tema” como objeto de análise central. Lourenço reflete sobre a necessidade de as pesquisas sobre raça darem “um passo além”, a saber, compreendendo que a sociedade brasileira é muito mais complexa do que o conflito branco-negro. Destaca também que os estudos sobre branquitude representam um primeiro momento de superação, referente à

cegueira que obstaculizava a problematização do branco na teoria racial.

Referente à construção da identidade negra na contemporaneidade, são destacados os estereótipos racistas construídos e conservados referentes ao negro. Lourenço Cardoso defende que o negro é enxergado como um escravo no imaginário popular, um ser atemporal, um ser escravo em essência, ou seja, uma “memória depreciada da modernidade”. Aponta que o negro africano escravizado foi um dos pilares que edificaram a sociedade de classes, responsável pela substituição da mão-de-obra escravizada pelo trabalhador livre. Sobre a branquitude, discorre acerca do que para ele seria a “negritude desejável” e a “branquitude indesejável”, relacionada ao negro que assume ou não sua negritude, e destaca que as tensões entre negritude desejável e indesejável também contribuem para invisibilizar a branquitude.

Sobre os estudos acerca de raça no Brasil, Gilberto Freyre é citado como principal precursor, como aquele que propôs a integração dos negros e indígenas na sociedade brasileira, tendo em vista que, para ele, a miscigenação e o convívio pacífico de diversas culturas seria o diferencial do povo brasileiro. Freyre inaugurava o mito da “democracia racial”. Já Florestan Fernandes teria defendido a inserção do negro na sociedade e atuado, segundo Lourenço Cardoso, muito mais no debate envolvendo a modernização do Estado e a integração de classes do que propriamente no debate sobre raça. Discute também o legado de Guerreiro Ramos, que inaugura a chamada “sociologia do negro”.

No quarto capítulo, “O branco dissimulado”, o autor trabalha com a relação do branco com outros brancos, e do branco consigo próprio. São apresentados também dois conceitos, que surgem

naturalmente durante sua pesquisa de campo, e que servem como metáfora para a branquitude, que são o “branco Drácula” e o “branco Narciso”. O branco Drácula seria aquele que não consegue se enxergar no espelho, não consegue refletir sobre si mesmo, e vê os outros seres como presas a serem devoradas. Já a relação com Narciso diz respeito ao branco que olha para si mesmo como sujeito ideal, perfeito, divino, e despreza a existência dos outros. A semelhança entre os dois, é que ambos fazem com que todos os outros não-brancos sejam apaixonados por eles. Seria exclusiva do branco, tanto o “Drácula” quanto o “Narciso”, a capacidade de apaixonar-se por si mesmo, bem como de desenvolver amor próprio, pois ele “é desejo”, enquanto os outros seriam repulsa, patologia, feiura. A partir da junção entre esses dois conceitos, o autor forja um terceiro, o “Branco Drácula-Narciso Universal”, personificação da branquitude na História e na Cultura ocidental, que se impõe de forma dissimulada, pois é onipresente e ao mesmo tempo se esconde na “roupa” da universalidade.

Cardoso também discute os termos “branquitude crítica” e “branquitude acrítica”. A branquitude crítica seria representada pelo sujeito branco que é publicamente contrário ao racismo, ou a qualquer tipo de privilégio baseado na raça, mas que ainda tem dificuldade de questionar e combater a branquitude na esfera privada. Já a branquitude acrítica diz respeito ao branco abertamente a favor do racismo, pois para ele a raça é um critério fundamental para diferenciar e qualificar os sujeitos. Um exemplo de branquitude acrítica seriam os sujeitos de grupos extremistas e supremacistas brancos, como o Ku Klux Klan. Cardoso também relaciona a branquitude acrítica à ideia de Nação, pois o nacionalismo foi e é utilizado por esses sujeitos para disfarçar

práticas racistas que buscam “proteger o branco”, a “nação branca” de todos os imigrantes que pretendem fazer parte de sua Nação.

Como dito acima, a obra agora resenha é resultado de tese produzida por Lourenço Cardoso e, com relação à pesquisa de campo, foram entrevistados dois grupos: 12 brancos que tem o negro como tema de pesquisa, e 4 que trabalham com o próprio grupo, ou seja, a branquitude. Os dados coletados revelam que, na maioria dos casos, o pesquisador branco passa a pensar em sua identidade racial quando entra em contato com pesquisas relacionadas ao “negro-tema”, ou quando possui algum contato com a cultura negra, como a capoeira. A partir dessas experiências, ocorre um “jogo de espelhos”, em que o sujeito branco percebe a sua branquitude, e terá que optar por ficar em silêncio ou se autoquestionar. Dessa forma, se confirma a hipótese de que o sujeito branco, na maior parte do tempo, não é provocado a pensar sobre sua pertença étnico-racial, e que essa invisibilidade colabora para o privilégio racial. É destacado o papel da própria universidade nesse processo, que foi e é historicamente um desses espaços de reproduções de vantagens raciais, por causa de sua tradicional e histórica omissão de pensar a respeito de sua hegemonia branca.

Referindo-se ao perfil de resposta dos pesquisadores, Lourenço acaba não citando que há certo “afastamento” em grande parte das respostas, em especial à pergunta “Por que pensar o outro (negro) e não a si?”. Essa pergunta solicita resposta em primeira pessoa, contudo, quase ninguém se atreveu de a respondê-la dessa forma, preferindo se neutralizar por detrás de uma terceira pessoa do discurso, citando o “branco” de forma genérica, como o padrão, o normal, o universal, sujeito não racializado. Essa manobra supostamente

reforçaria ainda mais a escolha de seu tema de pesquisa.

Assumir a branquitude/privilégio de forma direta causa incômodo. O autor chega à conclusão que, em comparação ao branco que estuda a branquitude, o branco que estuda o “negro-tema” tem aparentemente uma maior tendência em encarar a questão racial como um problema do negro. Importa destacar que, em ambos os grupos, há movimentos de afastamento e de negação da própria branquitude/privilégio através da linguagem.

A obra em “O Branco Ante a Rebelião do Desejo” se apresenta como um marco para os estudos sobre raça no Brasil. São raros os estudos acadêmicos que colocam o branco como objeto de pesquisa, ainda mais se tratando de uma tese de doutorado conduzida por um pesquisador negro. Contudo, o próprio autor assume que seu trabalho ainda se insere na lógica dual-racial, pois a ênfase de sua pesquisa envolve a dicotomia branco-negro. Destaca a necessidade de existir esse “ponto de inversão” na história dos estudos sobre raça, ou seja, um momento em que o negro é deslocado para o papel de pesquisador, se positiva, e o branco para o papel de objeto de pesquisa. É esperado que esse movimento possa servir como referência à positivação do branco, ou seja, contribuir para sua humanização. Sobretudo, abre para debate a seguinte questão: é possível desenvolver um trabalho sobre branquitude que fuja da lógica dual-racial, ou essa lógica está intrinsecamente ligada aos estudos sobre a branquitude? Afinal, é

possível, construir um futuro diferente, e uma humanidade que não se afirme na negação ao Outro?

Pensando na universidade, a resposta para essas perguntas pode estar na ampliação do debate através da criação de espaços acadêmicos interdisciplinares, voltados exclusivamente para os temas transversais, como por exemplo o proposto pelo programa de pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no qual sou discente de mestrado. Foi nesse espaço que tive junto a outros colegas o primeiro contato com os “Estudos da Branquitude”, possibilitando o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, projetos de intervenção e produtos técnico-científicos que servem como legado tanto para o pesquisador em seu processo de desconstrução, como para os sujeitos pertencentes do território da pesquisa, quebrando assim a lógica acadêmica tradicional que opõe sujeito e objeto. A ideia não é negar, destruir e substituir por algo “melhor”, e sim escutar, misturar, construir e reconstruir sempre. O debate sobre branquitude não pode ficar preso em um nicho acadêmico, ou em um debate que segue na zona de conforto das teorias raciais, pois esse é um tema emergente no Brasil, um país em que o racismo velado ainda está em voga, e que o mito da Democracia Racial está mais vivo do que nunca.

Recebido em 2021-05-03
Publicado em 2021-09-01



* **ARTHUR LUHR MELLO** é professor interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais, e atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).